

Nada de Novo

TAL mãe, tal filha: cada dia mais a nova República revela as rugas da velha. Depois de seis meses, a expectativa de diferenças profundas se desfez melancolicamente. Brasília confirma seu extraordinário e fulminante poder de dissuasão moral sobre os que chegam prometendo mudanças de comportamento. A única mudança efetiva foi a dos antigos ocupantes das mansões pelos novos locatários. As casas à beira do lago Paranoá continuam no mesmo lugar e os novos donatários das mordomias, como os anteriores, também preferem voar de jatinhos exclusivos a viajar pelos aviões de carreira.

Para o rápido envelhecimento da Nova República, somaram-se a fraca disposição moral dos neorepublicanos e uma calcificada resistência de Brasília a qualquer mudança. A capital brasileira é uma permanente acomodação de interesses, sob o baixo patrocínio da conivência moral. As culpas são democraticamente repartidas e reciprocamente perdoadas.

Depois de 25 anos de existência (dos quais mais de vinte sob o manto do autoritarismo) Brasília é um viçoso canteiro de privilégios institucionalizados para assegurar status político. O compromisso democrático até hoje não foi capaz de abolir as vantagens oferecidas como estímulo na transferência da capital em 1960, para não se ter que levar a laço a primeira safra de burocratas. A elas se acrescentaram outras, que nem a prometida mudança do regime teve a coragem de suprimir em consideração pelos brasileiros que custeiam esses privilégios e são retribuídos com a inflação. O Governo já não se pode considerar novo. Nada o impedia de ter mandado vender as casas e demais símbolos de fausto autoritário. Seria muito mais decente vender tudo e realizar o prejuízo do que manter as mansões e comprometer moral e politicamente a proposta de novos tempos. A garantia de alojamento é prática normal em quartéis, mas a capital de um país está dispensada de oferecer casa e comida aos administradores públicos.

Só mesmo em Brasília o presidente do Senado não faz cerimônia para propor a mudança da lei, em vez de defender a sua aplicação. O senador José Fragelli, no clima de cumplicidade da Capital da República, nem se

deu conta do teor de suas palavras, ao afirmar que o artigo 33 da Constituição — que disciplina a remuneração dos parlamentares — “está fora da realidade” e que é preciso mudá-lo para que a opinião pública “não tenha uma falsa idéia de que os parlamentares estão recebendo jetons ilegais”.

Que país, moralmente falando, é este? Se a lei estabelece que o jeton é o pagamento da presença do parlamentar, o recebimento sem o comparecimento é ilegal. Modificando a lei, pode-se legalizar o pagamento, mas o aspecto moral não tem salvação. Brasília sofre a tentação da permissividade: na anterior como na atual República, ninguém pensa em acabar com os abusos. É generalizada a propensão para ampliá-los a maior número, a pretexto de democratizá-los.

Que se viu no primeiro momento da Nova República? Uma corrida de fundo entre os que chegavam ao Governo para se aboletar nas mordomias. Os novos ocupantes do poder — no Executivo e no Legislativo — tiveram pressa em chegar primeiro: os Ministros e o Presidente da Câmara bem poderiam ter recebido medalhas de vencedores na grande disputa das mansões a beira-lago.

Já é tempo de se responsabilizarem claramente os políticos pela indiferença moral que assola a Nova República: os brasileiros querem saber se as mordomias eram imorais apenas porque o governo autoritário garantia o seu usufruto, ou se, como todos ainda pensam, os privilégios são inaceitáveis em si mesmos, seja quem for que com eles se locuplete.

A defesa das imoralidades praticadas pelo Congresso se faz sob o princípio de isonomia relativa: a representação política considera legítimo desfrutar, ela também, dos privilégios que o Executivo se outorgou quando detinha o poder de legislar. É este, pelo que se percebe, o teor do seu sentimento democrático. A Nação espera, ao contrário, que o Congresso tivesse a iniciativa de acabar com os abusos para que a representação política — com os olhos nos olhos dos cidadãos — pudesse falar em democracia sem corar ou baixar a cabeça.